

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Artigos Livres

Volume 22 | Número 1 | Ano/período: Janeiro/Abril 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i1.14231

ISSN: 2763-8804

Projetos da Escola cívico-militares:

um paliativo para possível melhora na educação Brasileira

Cosme Alves Serralheiro¹  

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

SERRALHEIRO Cosme Alves. Projetos da Escola cívico-militares: um paliativo para possível melhora na educação Brasileira. **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 23, n. 1, p. 92-112, jan/abr 2023.

Recebido em: 15/12/2022 | Aprovado em: 28/02/2023 | Publicado em: 20/03/23

¹Possui graduação em Licenciatura plena em História -UNIABEU, em 2011, Pós-Graduado em Ciências da Religião pela FSB RJ 2013, possui curso de técnica de ensino pela Marinha do Brasil 2012, Pós-Graduação em Gestão Escolar pelo Instituto Educar Brasil, em 2021, foi professor auxiliar do Colégio Militar do Rio de Janeiro da matéria de História Geral e professor do Curso Pré-vest Santa Tereza d'Ávila.

**Projetos da Escola cívico-militares:
um paliativo para possível melhora na educação Brasileira**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo prioritário debater as ações e resultados eficazes sobre a importância da implantação das Escola Cívico-Militar no âmbito dos Estados e como elas podem contribuir para reduzir as evasões escolares e melhorar os índices da educação na configuração social Brasileira. Buscando como paliativo melhorar o ensino (re)moldar os comportamentos das crianças e jovens, e trazendo em seu bojo um conceito específico de gestão na área educacional. Esse novo modelo está sendo um recurso bem visto, para pais e alunos. Porém, há grupos antagônicos contrários a essa implantação. O Ministério da Educação em Parceria com o Ministério da Defesa, esta apoiada pelas secretarias de educação dos Municípios, têm contribuído, ao lado da comunidade, como um todo, no sistema didático-pedagógico para combater as desigualdades e a violência, tendo como pilar uma educação democrática, é claro tendo como aliados seus monitores e gestores, representados por militares da reserva das Forças Armadas e Auxiliares, fazendo com que pais, alunos, professores e funcionários, tenham comprometimento com esse projeto. Desta forma, os resultados apontam para uma relativa aceitabilidade da comunidade próxima às escolas nesse modelo e o quanto esse projeto tem contribuído em uma mudança paradigmática do quadro atual da educação. Com isso, para a completude desse artigo, será apropriado o manual das escolas cívico-militares, entrevista com os militares desse projeto e artigos de jornais com críticas ou não para demonstrar o quanto esse modelo tem mudado os comportamentos e mentalidades em várias regiões do país.

Palavras-Chave: Cívico-Militares. Jovens. Educação. Comportamentos.

Civic-Military school projects:

a palliative for improvement in Brazilian education

Abstract: The main objective of this article is to discuss effective actions and results on the importance of implementing the Civic-Military Schools within the States, which have contributed to reduce school dropouts and improve IDEB indices in the social configuration of Brazilian education. Seeking as a palliative to improve teaching in order to (re)shape the behavior of children and young people, and bringing in its core a specific concept of management in the educational area, this new model is being a well-regarded resource for parents and students, however, on the other hand, antagonistic groups opposed to this implantation. Thus, the Ministry of Education in Partnership with the Ministry of Defense, supported by the education secretariats of the Municipalities, have contributed in the didactic-pedagogical system to combat inequality and violence in the community as a whole, in the pillar of a democratic education, of course, having as a spearhead its monitors and managers, represented by the military from the reserve of the Armed and Auxiliary Forces, making parents, students, teachers and employees, commit to this project. In this way, the results point to a relative acceptability of the community close to the schools of this model and how much this project has contributed to a paradigmatic change in the current situation of education. With this, for the completeness of this article, the manual of the civic-military schools, interview with the military of this project and newspaper articles with criticism or not will be appropriate to demonstrate how much this model has changed behaviors and mentalities in various regions of the country.

Keywords: Civic-Military. Young. Education. Behaviors.

**Proyectos escolares cívico-militar:
um paliativo para la mejora de la educación Brasileña**

Resumen: El objetivo principal de este artículo es discutir acciones efectivas y resultados sobre la importancia de la implementación de las Escuelas Cívico-Militares en los Estados, que han contribuido a reducir la deserción escolar y mejorar los índices IDEB en la configuración social de la educación brasileña. Buscando como un paliativo mejorar la enseñanza (re)moldeando el comportamiento de los niños y jóvenes, y trayendo en su núcleo un concepto específico de gestión en el área educativa, este nuevo modelo está siendo un recurso muy apreciado para padres y estudiantes, sin embargo, grupos antagónicos contra esta implementación. El Ministerio de Educación, en alianza con el Ministerio de Defensa, apoyados por las secretarías de educación de los Municipios, han contribuido al sistema didáctico-pedagógico para combatir la desigualdad y la violencia en la comunidad en su conjunto, en el pilar de la educación democrática, de supuesto, teniendo como punta de lanza a sus monitores y directivos, representados por soldados de reserva de las Fuerzas Armadas y Auxiliares, logrando que padres, alumnos, docentes y empleados, se comprometan con este proyecto. De esta forma, los resultados apuntan a una relativa aceptabilidad de la comunidad cercana a las escuelas de este modelo y cuánto ha contribuido este proyecto a un cambio de paradigma en la situación actual de la educación. Con ello, para la exhaustividad de este artículo, el manual de las escuelas cívico-militares, la entrevista a los militares de este proyecto y los artículos periodísticos con críticas o no serán apropiados para demostrar cuánto ha cambiado este modelo comportamientos y mentalidades en diversas regiones. del país.

Palabras clave: Cívico-militares. Joven. Educación. Comportamientos.

Justifica-se esse artigo como fruto da pesquisa de campo realizado em uma escola municipal cívico-militar, em Sapucaia da Sul/RS, buscando entender como funciona um proeminente projeto idealizado pelo governo atual. Com o intuito de provocar o sistema para implantação de um “novo” programa de ensino, o Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação, debruçou-se no PNE (programa Nacional de Educação), instituída pela Portaria 13.005 de 25 de junho de 2014, e em várias de suas metas, destaca-se no §7, na qual prevê que os entes da federação, ou seja, os Estados, Distrito Federal e Municípios, estarão em regime de colaboração, visando alcançar metas e a implantação de estratégias. Com base nisso, em 5 de setembro de 2019, pelo decreto 10.004 instituiu-se o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover e fomentar a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Repare que foi necessário um decreto, pois segundo Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 83 dispõe que o ensino militar é regulado em lei específica, por não constar na própria LDB. Essa idéia partiu do presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL), inspirado nos Colégios Militares do Exército das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares, em solenidade no palácio do planalto, subsidiado pelo Ministro da Educação, em parceria com o Ministro da Defesa, lançado em 2020 na Semana da Pátria, com a assinatura do Decreto que estabelece os princípios, objetivos, diretrizes, público-alvo, operacionalização, avaliação e certificação do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares.

Para aderir a esse projeto, existem vários requisitos pertinentes para tal propósito, entre eles estão: a comunidade terá que aceitar mudanças no perfil das escolas, as escolas têm que oferecer as etapas do ensino fundamental (6 ao 9 ano) e do ensino médio e, se for possível, respeitando o tamanho, que venha atender o quantitativo mínimo de 500 e máximo 1000 alunos, em turnos da manhã e tarde. E, também que venha ser aprovada por votação da comunidade ou tipo assembléia, composta por pais e professores. Mas, de maneira primordial, é necessário provocar o sistema de forma voluntária, ou seja, o poder público estadual ou municipal, por meio de ofício de adesão voluntária. Feito isso, o próprio poder público se reúne com os diretores de escolas e dentro das diretrizes de cada ente, escolhe uma escola que tenha as características

apontadas pelo MEC, a mais importante, levando em consideração os critérios apontados por esse Órgão federal: escola em situação de vulnerabilidade social e com baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A partir disso, a instituição irá para análise e crivo do Ministério da Educação, para ser ou não selecionada.

A partir daí, as fotos da escola escolhida são enviadas para o MEC para avaliar as estruturas físicas e pedagógicas. Em seguida, é realizado o estudo de viabilidade econômica, o qual também será decidido, “dentro do estudo apontado, será considerado se a necessidade da escola é pessoal ou recursos”¹. O MEC é responsável pela escolha da instituição educacional e por comunicar ao ente federado. Ademais, é assinado o pacto federativo entre o MEC e o ente, onde se expõem os direitos, deveres as contrapartidas de cada consorte.

Sabendo o modo escolhido, se pessoal, o MEC em acordo com o MD (Ministério da Defesa), dá início a convocação dos militares da reserva voluntários para que enviem às diretorias ou comandos específicos de cada Força Armada a ficha cadastral para que sejam tomadas as medidas administrativas.

Caminhando junto desses procedimentos administrativos, o MEC solicitará que sejam tomadas as medidas de contrapartidas acordadas, como já dito, no pacto federativo (pintura da escola e melhorias) e/ou no caso da ECIM recursos, a direção da administração federal direta da educação brasileira, tendo em mão o relatório de necessidades da escola, procedimento imprescindível para prosseguimento da liberação de verbas, aprovará o envio desse recurso financeiro (dentro das normas), escolherá os voluntários para a capacitação dessas pessoas a gestão e monitoria escolar, apresentação na ECIM, dando início ao ciclo do ano letivo.

Entre várias ECIMs que tiveram alto índice de voto, Sapucaia do Sul (RS) que em assembléia com os pais, tiveram 86,96% de votos favoráveis, contra 12,04% votos desfavoráveis². Já Biguaçu (SC) tiveram 90% de votos favoráveis³. Em São Vicente, no litoral paulista, com a presença de pais, professores, alunos e funcionários da escola, seguindo a cartilha do Ministério da Educação, a votação resultou em 130 favoráveis e 38 contrários à adesão. Com isso, foi aprovada a implantação do programa na escola municipal⁴. Em ampla pesquisa, constatou-se que em quase todas as 127 ECIMs, a margem de porcentagem no quesito favorável, não ficou menor que 80%. Isso demonstra que a sociedade aceita esse programa como paliativo na educação.

No momento, esse programa já se faz presente em todas as regiões do Brasil, no Distrito Federal e em 22 estados, sendo: Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Bahia,

¹ Na modalidade **pessoal** é quando a escola receberá militares das forças armadas e auxiliares para função de gestão e monitoria e **recurso** é quando somente receberá recurso financeiro do MEC.

² Para saber como a secretaria de educação daquela município apresentou o programa aquela comunidade, ver em <https://www.cmsapucaiaadosul.rs.gov.br/index.php?sec=noticia&id=10903>. Acesso em 23 jan.2022.

³ Para saber desencadeamento desse processo, ver em <https://www.casacivil.sc.gov.br/index.php/noticias/841-biguacu-tera-a-primeira-escola-do-modelo-civico-militar-proposto-pelo-mec-em-santa-catarina>. Acesso em 23 jan.2022.

⁴ Para saber desencadeamento desse processo, ver em <https://www.casacivil.sc.gov.br/index.php/noticias/841-biguacu-tera-a-primeira-escola-do-modelo-civico-militar-proposto-pelo-mec-em-santa-catarina>. Acesso em 23 jan.2022.

Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perfazendo um total de 127 escolas em funcionamento, com previsão de 216 até o final de 2022⁵, com previsão de atender 83 mil famílias. Ainda que a alegação do Ministro da Educação Milton Ribeiro seja de uma lista de espera do programa com mais de 300 municípios⁶.

PECIMs: as escolas têm falhado na formação comportamental?

Para iniciarmos essa parte, algumas problemáticas são pontuadas nessa questão, entre elas: por que uma parcela considerável da população tem apoiado esse projeto de escolas cívico-militares? Isso já não seria um indício de que o sistema de ensino não tem cumprido o seu dever corretamente nos quesitos pedagógico e formação comportamental do indivíduo. Por outro lado, seria a falta de respeito e valorização dos professores que teria sido um dos motivos para implementar esse sistema educacional? O que é observado em algumas localidades, no Brasil, são professores cansados, exaustos, cada vez mais pressionados a abandonar a carreira docente - na maioria das vezes mal remunerada - por exercerem seus trabalhos de maneira temerosa e preocupada se serão ou não agredidos física ou verbalmente. Pois, muitas vezes, esses docentes são insultados pelos discentes os quais ao invés de prestarem à devida atenção nas aulas e estudos; frequentam a escola com o intuito de fazer alvoroço e bagunça. Além disso, muitos educadores ainda precisam lidar com processos na justiça vindos de pais de estudantes com várias alegações referentes aos filhos que se sentiram “injustiçados” em algum momento. Será que, na educação básica, delegar aos inspetores e monitores militares a responsabilidade de disciplinar e moldar o comportamento dos alunos não seria um paliativo para melhorar os índices negativos e um auxílio aos professores que teriam alunos mais disciplinados e conscientes em salas da aula?

Para responder a tais questões, é necessário voltar, sem causar anacronismo, ao século passado para entendermos um pouco, como os professores agiam para disciplinar os corpos e a mente dos alunos, com base em seu poder de discipliná-los, fosse na sala de aula como em ambiente escolar ou fora da sala de aula, para isso me aproprio do pragmatismo de Michel Foucault (2009) que traz em suas ideias a afirmativa o objetivo da disciplina é estabelecer corpos dóceis, ou seja, corpos fácil de serem ensinados, ou em até alguns momentos, que assimilam muito bem a orientação vinda da relação de poder. O corpo está em constante disciplina, se orientando pelo tempo nas fábricas, nas instituições religiosas, nas prisões, e

⁵ Para saber sobre o ponto de vista do MEC referente a instalação naqueles Estados, ver em agenciabrasil.etc.com.br. Acesso em 23 jan.2022.

⁶ Muitos Estados e Municípios tem se interessado nesse programa, gerando uma fila de espera, ver em agenciabrasil.etc.com.br. Acesso em 23 jan.2022.

atualmente, como já dito, nas salas de aula. Vários recursos eram usados, por uma questão cultural, aceitos pela sociedade, como os castigos físicos, entre eles a palmatória e o ajoelhar no milho, que prevaleceram na prática pedagógica no Brasil até 1985, com a redemocratização do país que deu sua continuidade com a constituição de 1988 nos reconduziu às liberdades individuais e, desde 1993, para além da Educação Moral e Cívica, em Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, como certa doutrinação escolar, disciplinas que deixaram de ser obrigatórias a partir dessa época no currículo escolar, desde então permanecendo o ensino religioso, sendo algo paradoxal a educação, como alega o professor Miguel Ángel Flach:

o ensino religioso confessional permanece como doutrinário em relação a valores. Mas, no laico Estado Democrático de Direito, a escola passou a ensinar valores sobretudo espontaneamente considerando que eles seriam incorporados pelos educandos a partir do meio sem intervenção direta do educador. Some a tal contexto o encolhimento da moralidade à esfera privada, a permissividade das leis com corrupções e violências e chegamos à atual situação (FLACH, 2019).

A partir dessa concepção do autor, a doutrinação escolar é algo em voga no cenário atual, pois sonega aos alunos a possibilidade de ampliar seus pensamentos e ações, pois devido a laicidade e o sistema democrático, deve abrir espaço para o desenvolvimento de valores, que é norteado pelas ECIMs. Contudo, pelo ponto de vista social, os valores sejam políticos, religiosos e familiares, devem ser levados em conta nesse processo. O que pode ser percebido é a falta de atuação da família e/ou do Estado na formação da juventude, onde os valores estão cada dia sendo corrompidos por uma crise ética e moral, sem precedentes. Não toda sociedade, é claro. Mesmo que muitos não concordem com isso, na máxima do “tudo pode” o aluno não pode ser tocado, em hipótese alguma, na sombra dos direitos humanos. Por isso, se faz necessário um modelo de escola que se preocupa com a construção de bons valores e que esteja comprometida com a formação de cidadãos disciplinados, humanizados, conscientes, íntegros e justos. Esse paliativo pode ser a melhor escolha para modelar as mentes os comportamentos das crianças e adolescentes, auxiliando na criação de uma mente mais responsável e ciente de direitos e deveres. Nessa máxima, segundo Aranha e (1992), os valores resultam da experiência vivida pelo homem ao se relacionar com o mundo e os outros homens e tais experiências variam conforme o povo e a época. Os valores, na maioria das vezes, são herdados da cultura e existem para que a sociedade subsista, mantendo a integridade, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento de uma nação. Afinal de contas, esse tipo de projeto cívico-militar, também é responsabilidade de todos e, por esse motivo, pais, responsáveis, inspetores e monitores podem corroborar para a formação de uma geração muito mais consciente e ética.

E, visando certa metodologia específica, a partir de agora, para melhor entendimento do pesquisador, foram realizadas entrevistas e as respostas dos entrevistados foram recebidas pelo aplicativo *Messenger* e *whatsapp*. Os participantes foram identificados como entrevistados E1, E2 e E3. Em conversa no dia 12 de outubro de 2021, pelo aplicativo *messenger*, foi perguntado ao entrevistado E1, militar este com formação em Pedagogia e especialização em psicopedagogia, alocado na Escola EEB Emérita Duarte Silva e Souza, na localidade de Biguaçu-SC, qual foi a mudança que ele tem visto no comportamento dos alunos desde a chegada dos militares como monitores naquela unidade de ensino? ele respondeu que “a mudança é visível, os professores tem elogiado bastante a nossa atuação na monitoria dos alunos, muitos pais pessoalmente tem vindo na escola narrar o quanto o comportamento dos seus filhos têm mudado, na questão disciplinar, visto os fatos”.

Mesmo com regras rígidas, os monitores não atuam como agentes repressores e sim como colaboradores e até em alguns casos como mentores, com viés de humanização, amenizando a imagem de pessoas rígidas com vertentes opressoras e atuando como disciplinadores, pois alguns alunos sofrem de uma certa carência familiar, muitos são arrimos de famílias desestruturadas, muitas vezes filhos de pais separados ou morando só com os avós ou ficando sozinho em casa devido a mãe e/ou os pais passarem a maior parte do tempo fora de casa ou alguma outra atividade para prover o sustento da família, entre outros, ficando a criança ou o jovens, as vezes, em extrema vulnerabilidade.

Outro entrevistado foi o E2 da EM Cívico-militar Presidente Castello Branco, na localidade de Joinville-SC, em longa conversa pelo aplicativo *Whatsapp* daquilo que se tem observado na mudança dos paradigmas comportamentais dos alunos, o militar alega que

anteriormente, os funcionários e principalmente os professores reclamavam bastante do uso de celulares, que vinha atrapalhando muito o andamento das aulas, hoje com as orientações dos monitores, esse tipo de dispositivo móvel, tem caído muito seu uso aqui na escola, tem caído mais ou menos em 80%, isso é muito bom. O recreio também era algo que incomodava, havia muitas brigas, palavrões e desrespeito entre alunos, eles não respeitavam o horário de voltar a sala de aula quando tocava o sinal, agora, sobre nossa vigilância, a coisa tem mudado, a pontualidade e a postura mais disciplinar deles tem feito a diferença, e é bom que quase todos os professores têm abraçado a nossa causa.

Contudo, a vigilância daqueles jovens, pelas autoridades, é associada à responsabilidade, ao envolvimento e à atitude, o relaxamento, as brigas, a valorização exagerada do controle, desvinculadas totalmente da realidade da educação civil brasileira, vigiar era, basicamente, regular os passos daqueles indivíduos, era “o olhar está alerta em toda parte” (FOUCAULT, 2009, p. 186). É relevante informar, que essa vigilância não é

sufocadora e sim discreta, pois, são apenas crianças e jovens em tenra idade, repletas de energia e dinamismo, que necessitam um pouco de liberdade.

Todo esse esforço e comprometimento com sabedoria e cultivando a parceria, tem também seus frutos que é algo levado para sempre em suas vidas, causando amizade e companheirismo entre a gestão militar e os alunos, como foi o caso da carta enviada ao citado acima, o E2, conforme imagem abaixo.

10/12/21

Bom dia Subl. Cabal !

Então hoje é praticamente último dia de aula, e quero nessa carta te agradecer e falar um pouco sobre a pessoa que és... Subl. Cabal desde dia que conheci de como tu me ajudas sempre me que eu preciso, sempre muito dedicado e atencioso! No começo quando os monitores chegaram pra escola pensei que seria chato, mas me enganei, além de ter um monitor pra ajudar e ensinar a turma, um grande amigo. Enfim Subl, obrigado por todos os momentos que fiz nesse monitorado e por tudo que eu e todo o B-C gostamos muito de você! Que de todas as turmas que o Subl coordena, te desejo tudo de bem que continue sendo essa pessoa maravilhosa! Bom final de ano e Boa festa, um feliz natal! A gente se vê ano que vem !!!

Imagem 1 – Carta enviada por uma aluna ao Monitor do PECIM de Biguaçu-SC. Fonte: Arquivo pessoal do E2.

O destaque na carta acima, são as palavras da aluna, “[...]dedicado e atencioso[...]”, esse pode ser um dos legados do projeto, mostrando que a imagem do ser rigoroso é descortinada pelo comprometimento e amizade desse monitor com os alunos, pautado no sintoma de vínculo direto desses profissionais, com aqueles seres passivos de atenção e cuidado.

Apesar do restrito tempo que os professores dos ensinos fundamentais II e médio têm com os alunos é pouco. Já, os monitores conseguem ter o contato mais amplo, devido grande parte dos professores se dedicarem única e exclusivamente ao seu ofício de preparar e ministrar aulas. Isso não quer dizer que é uma falha do sistema, mas pode acarretar na falta de envolvimento de alguns professores com a questão social do aluno, levando os alunos a criarem certa identidade com esses militares.

Esses monitores têm a obrigatoriedade de chegar de manhã, um pouco antes do horário de entrada dos alunos e ser dispensados após a saída do último aluno. Isso, em alguns casos, ultrapassaria mais de 8 horas de trabalho. Porém, esses profissionais receberiam 30% acrescidos em suas remunerações como forma de meritocracia. Uma vez que foram selecionados para exercer essa jornada de maneira voluntária.

Assim, nota-se que o que atrapalha o Brasil a ter uma educação de qualidade nos quesitos pedagógicos, comportamentais e disciplinares não é o cabedal financeiro, já que 5,4% do PIB brasileiro são destinados à educação. Mas, a falta de comprometimento das pessoas envolvidas no âmbito escolar, a doutrinação unilateral, o ativismo ideológico, a desvalorização e falta de preparo dos professores, levando muitos a não buscarem uma formação acadêmica de especializações *lato e stricto sensu*, por falta de uma “remuneração equilibrada”⁷ para esses profissionais, no âmbito de Estados e Municípios. O fato é que, destacado da polêmica em questão que emerge, em alguns aspectos, elas representariam uma “militarização” não do ensino público, mas de alguns comportamentos que exigem disciplina e o respeito, algo extremamente carente nos variados ramos da educação pública. Ainda que no portal do Ministério da Educação, a resposta oficial encontrada no *site* seja negativa a respeito da militarização dessas escolas, o mesmo diz que as instituições escolares que adotam esse modelo de monitoria militar visam contribuir com a qualidade do ensino na educação básica. Além de propiciar aos alunos, professores e funcionários um lugar mais seguro, passível de uma atuação focada na melhoria do ambiente e da convivência escolar (BRASIL, 2020).

Paradoxalmente, fica claro que a proposta do Governo Federal é se apropriar das instituições de base do ensino, especialmente as mais carentes, necessitadas e debilitadas, altos índices de violência e de evasão escolar e com baixo índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb) de certa localidade do estado e com alunos em vulnerabilidade social, se transformarem em cívico-militares (BRASIL, 2020).

Portanto, apesar da antítese proposta no site do MEC, é clara a proposição do Governo Federal em tomar posse das instituições de base do ensino, principalmente as mais carentes, necessitadas e debilitadas, com altos índices de violência e evasão escolar e também com baixo índice no Ideb de certa localidade do estado e com alunos em vulnerabilidade social, para transformar essas escolas em cívico-militares (BRASIL, 2020). Dessa forma, o valor que seria destinado a instituições fadadas ao fracasso, devido às falhas na educação, seria investido na melhoria das unidades de ensino com grandes possibilidades de formar cidadãos para um país melhor

Para alcançar o nível da uniformização de educação melhor, exige-se dos alunos o cuidado com a apresentação pessoal, o uso de uniformes, o gesto da continência, a entoação de canções e hinos específicos, a obediência às ordens, o cumprimento dos regulamentos, a

⁷ Em 04 de fevereiro de 2022, o Presidente da República e o MEC assinaram a portaria que oficializa o reajuste de 33,23%, do piso salarial dos professores da rede pública e da educação básica.

prática da ordem unida, o deslocamento em grupo, isso não se torna uma alienação dos movimentos, a mecanização dos comportamentos, mas uma forma de disciplina e obediência, não é retirar do discente a forma de pensar, de só obedecer, mas também a padronização de um hábito cognitivo.

Sustenta-se aqui, embora o modelo de escola não seja o mais perfeito, outros aspectos que foram considerados como a forma com que elas estão sendo conduzidas como um projeto de civilidade, como aulas de reforço conduzidas voluntariamente por monitores usando suas esportivas (disciplinas propedêuticas, músicas e esporte etc...), responsabilidade com horários, entre outros, que são fatores decisivos para ter corpos bem preparados e coordenados. Esse foi um tipo de formato de ensino que está sendo colocado em prática, apropriando-se dos espaços físicos dessas instituições, para tal fim. E, tamanho impacto resultou algumas escolas que, em algumas cidades, os responsáveis, vendo a possibilidade desses espaços resolverem algumas questões problemáticas comportamentais e/ou condutas de seus filhos, fizeram questão de tirá-los de algumas escolas públicas e até particulares e matricularem em ECIMs, tal a importância nessa modalidade de ensino dar-lhes algum tipo de cidadania.

Na busca dos resultados na questão de dar civismo e melhor cidadania aos jovens das ECIMs, segundo a jornalista Castro (2021), um levantamento feito pelo MEC, 85% dos gestores relataram maior assiduidade nas aulas, diminuição de faltas e evasão; 65% apontaram diminuição nos índices de violência escolar e 61% afirmaram que houve melhora na administração da escola. Para 77%, o ambiente de trabalho melhorou.

Com a educação em níveis baixos, não se pode descartar as propostas de implantação de um novo sistema, deixando de lado as paixões ideológicas e seus ativismos sociais numa sociedade tão polarizada com certa competência social que se reformula continuamente. A perspectiva da educação deve ser, pois, desenvolver os meios para uma aprendizagem permanente, que conceda uma formação interrompida, tendo em vista a concepção da cidadania. Tudo isso pautado numa constante referência à manutenção da boa ordem e disciplina das Escolas do tipo cívico-militares.

Esse modelo em fase laboratorial entre outros, visa melhorar a educação no âmbito nacional com objetivo de tirar o Brasil dos piores índices, referente à qualidade na educação. Pois, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou em 2021 um ranking mundial de qualidade de educação. Entre os 76 países avaliados, o Brasil ocupa a 60ª posição. Em primeiro lugar está Cingapura, seguido de Hong Kong e Coreia do Sul. Na última posição está Gana⁸, inclusive ficamos atrás dos nossos vizinhos como a Argentina,

⁸ Para saber a lista completa dos países que compõem esse *Ranking*, ver em <http://www.abrhce.com.br/brasil-ocupa-60a-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises>, acesso em 23 jan.2022.

Colômbia e Peru, mesmo que o país invistindo uma média de 5,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na área de educação, uma porcentagem acima da média de 4,4% dos países da OCDE. O percentual investido pelo Brasil está atrás apenas da Suécia, Bélgica, Islândia, Finlândia e Noruega⁹. Com o fim de retificar, não custa repetir que o problema não estar na questão financeira e sim em políticas públicas voltadas para os jovens, certas inovações sociais de cunho administrativos e didático-pedagógico no âmbito educacional, na mudança da legislação dando mais poder e autonomia aos professores. É claro, respeitando a ética e melhor investimento no preparo desses profissionais.

Esse projeto não visa tirar a liberdade dos professores e sim ajudar a dar continuidade nos temas transversais para que os alunos de todo o país tenham acesso a uma formação integral. Desta forma, o MEC definiu que as instituições de ensino devem incorporar em seus planos pedagógicos, como prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, pluralidade e cultura, em nível de gestões, em nível macro na educação de base e para isso os PECIMS estão de acordo.

De modo que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares tem por objetivo implantar o modelo de gestão de excelência em unidades escolares públicas do ensino regular, em escolas que ofereçam as etapas finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, isso demonstra que certa forma, estamos no início de uma nova era, em que o “híbrido” deve ser valorizado: a gestão civil, representadas pelo diretor, coordenador, coordenador pedagógico e com a auxílio dos professores, apoiada pelo pais dos alunos e a gestão militar, representadas pelo gestor escolar (geralmente um oficial superior), gestor educacional (um oficial subalterno ou intermediário e na falta deles, um suboficial ou subtenente) e monitores (Sargentos e subtenentes ou suboficiais) devem coexistir. É preciso se reinventar. De fato é necessário entender que as escolas cívico-militares é possível de serem eficazes em alguns casos extremos. Mas, em alguns casos extremos não se deve colocar nela a responsabilidade como a total solução para a falta de qualidade de ensino de forma geral. Isso de certa forma traz críticas e elogios, esperança e descontentamento, aceitabilidade e repulsa, pois as possíveis divergências têm que ser avaliadas, mas com efeito de entender que é preciso um tempo maior. Pois, esse programa nasceu praticamente junto com a pandemia do COVID-19.

Um projeto em rota de colisão ou um subterfúgio da educação?

⁹Para saber a lista completa dos países que mais investem em educação, ver em <https://www.querobolsa.com.br/revista/paises-que-mais-investem-em-educacao-veja-a-situacao-do-brasil>. Acesso em 22 jan.2022.

Esse projeto das ECIMs, tendo como a máxima, o compartilhamento da gestão, devido as suas peculiaridades torna esse programa, não algo exclusivamente militar. Com isso, junto a direção escolar e na busca do estabelecimento de princípios, as ECIMs baseando-se nos valores ligados ao civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito, oferecendo ao aluno condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos, considerando a realidade de sua vida, proporcionando uma formação integral para o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, afetivo, ético, moral, social e simbólico; desenvolver nos alunos atitudes crítico-reflexivas, espírito investigativo, criatividade, curiosidade, imaginação e iniciativa, conduzindo-os a aprender e a buscar soluções para os problemas da vida cotidiana, como determina o título I cap. II, art. 7, incisos I, II, III, IV e V e art. 8, Incisos I e II do Manual das Escola cívico-militar (BRASIL, 2021).

Apesar da presença de militares na escola, como já mencionado nesse instrumento, divididos em três seguimentos: Gestão Escolar, Gestão educacional e Monitores, esses com funções específicas e restritas junto a administração escolar, espelhando sua participação democrática e solidária, como por exemplo, o Gestor escolar, é responsável direto por todos os militares que compõem a escola, diretamente assessorando a direção da escola nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, supervisão, entre outros, preconizado do art. 18 do manual das ECIMs (BRASIL, 2021). Já o Gestor Educacional é o responsável pelo controle e ações do Monitores, fazendo as devidas cobranças, principalmente na questão vinculada ao corpo de alunos. Também cabe ao gestor educacional, auxiliar o gestor escolar na tomada de decisões. Os monitores possuem teoricamente em seu escopo de trabalho vinte obrigações, segundo o art. 33, itens I ao XX (BRASIL, 2021). Mas, na prática, resumidamente, ele são responsáveis pela Gestão Educacional e atuação na promoção de atividades que visem à difusão de valores humanos e cívicos que estimulem o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente escolar externo à sala de aula, pontuado no art. 31, seção 1. Tudo isso, ao contrário do que muitos pensam, não interferem diretamente na sala de aula, pois essa parte fica a cargo dos professores.

Esses profissionais (monitores), ficam responsáveis em controlar a pontualidade de horários na entrada e saída dos alunos, nas aberturas e fechamentos dos portões, recepcionando-os e encaminhando os alunos para o pátio específico, colocando-os em formas e/ou formaturas e sistematizando a comunicação aos pais/responsáveis informando as condutas dos alunos. Cada monitor fica responsável basicamente por 60 alunos em dois turnos, manhã e tarde no estado da arte, responsável pela padronização da estética dos alunos que diz respeito ao tamanho das saias das meninas, sugerindo aos alunos do seguimento masculino a padronização dos cortes de cabelo, proibição de brincos, *piercings*, bigodes e barbas e pelo segmento feminino, o exagero dos adereços e pinturas do tipo maquiagem, tamanho razoável das saias e a todos os seguimentos disseminado no projeto de valores, criando certa identidade com o projeto dentro da doutrina militar que inclui

ensinamento daquilo que os militares chamam de ordem unida, que conceitualmente é a formação habitual de uma reunião de uma tropa, com observação da distância e harmonia. Exigindo o tratamento respeitoso para com todos na escola, padronização de movimentos de marcha, determina padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo, indispensável para a vida e despertando espírito de corpo com o pertencimento ao grupo, mas, para que muitos alunos não se sintam equiparados a soldados, os monitores de algumas ECIMs mudam a nomenclatura ordem unida para “ação de comando e conduta”.

Entre as várias funções dos monitores, além de rondas ostensivas em todos os espaços da escola, também tem como prerrogativas de ensinar a prática de valores e os respeito aos símbolos nacionais, também agem para coibir os casos de *bullying* ou *cyberbullying* e outras formas de discriminação no ambiente escolar. Buscando no espaço escolar, ser um tipo de paliativo para melhorar a educação, como forma de subterfúgio aos sérios problemas vividos pela educação brasileira. Esses tipos de militares denotam um tipo de esforço para tornar aquele local de ensinamento, um espaço de disciplina, respeito ao próximo e convívio saudável, porém, é claro que esse pragmatismo tem seu antagonismo numa rota de colisão.

Para alguns da área jornalística e educação, talvez por falta de maior conhecimento, talvez por conhecer e não aceitar, talvez por conhecer e ser cético a proposta, talvez por ativismo político-partidário e talvez por paixões ideológicas, entendem que essa idéia de implantar as escolas cívico-militares é uma forma de militarização das instituições de ensino e tornar as crianças e os garotos, soldadinhos de chumbo, robôs e seres alienados, indo na contramão da democracia, pois para Lima (2020):

a proposta é que essas escolas tragam novamente à cena os valores dos tempos de ditadura militar, o que mais uma vez demonstra que há um ataque aos princípios democráticos. No que tange à democratização do ensino, os colégios militares não são democráticos, no sentido de que não atendem a todos(as) como as escolas públicas.

É claro que o autor não estão se referindo diretamente as ECIMs e sim as escolas militares, pois a forma que se faz a inserção do aluno é através de concurso público. Já nas ECIMs é somente por meio de matrículas, respeitando os critérios estabelecidos pelos Estados e Municípios.

Aos fatos negativos deixados pelo regime civil e militar ou ditadura militar (1964-1985), depois da segunda metade do século passado, deixou marcas indeléveis e que até hoje assombra certa parcela da sociedade. Pois a opressão e repressão de alguns agentes sociais daquela época, como delegados de polícia e militares, representam para alguns, o *status quo* daqueles agentes do estado que devido a doutrina ser de “rigorosidade”, postura é essa que possa atentar contra a honra e a integridade dos jovens, como foi o caso ocorrido em 2019

em algumas escolas do DF, quando houve denúncia de alguns policiais militares utilizando termos pejorativos para tratar os estudantes como “‘marginais’, ‘pebas’, ‘vagabundos’, tendo uma mãe reclamado junto à CDDH pela ocorrência de injúria racial. Nessa mesma ocasião, uma aluna negra foi objeto de ofensa por usar tranças afro no cabelo, sendo a ela sugerido que ‘raspasse a cabeça’” (VALENÇA, 2019 Apud MENDONÇA, 2019, p.630). A postura do regime militar, no século passado, perante a educação brasileira levou o educador Paulo Freire a dizer que “crer, porém, que o obstáculo maior que enfrentamos e temos que enfrentar para realizar a mudança da cara da escola é o ideológico. Não é fácil remover de nós o gosto das posturas autoritárias” (FREIRE, 2019, p. 124). Assim como Freire, outros confundem nas ECIMs, a questão rígida com supostas matizes autoritárias, pois segundo Horn e Machado:

Esse tipo de escola incute nos estudantes o culto à autoridade e à hierarquização, típico de uma sociedade desigual: reforça a obediência cega à autoridade por meio da intimidação, do castigo, da punição e da obediência às regras rígidas impostas verticalmente. A formação é baseada no *mei e não no princípio* do diálogo, da troca, da confiança e da interação efetivamente comprometidos com a formação humana integral necessária para constuição de uma sociedade democrática (HORN; MACHADO, 2020, p.1)

No manual da ECIM, art. 31, seção 1, item 5, diz que é função dos monitores estimular a solidariedade entre o corpo discente a satisfação e a alegria de se estar na escola (BRASIL, 2021), por isso que é terminantemente proibido todos esses agentes aplicarem as devidas punições e castigos, e caso ocorra ato de indisciplina é orientado conversar e aconselhar, mantendo um diálogo pacífico e sereno com muita retórica e caso o ato seja recorrente, o jovem será encaminhado para coordenação pedagógica, encerrando a participação dos monitores. Nesse caso, o ato de indisciplina seja extremo, a autoridade policial local será acionada. Tudo isso é para manter o controle e a disciplina no transcurso do ano letivo, pois no passado houveram problemas com base em denúncias que estavam manchando a reputação das escolas militares.

Analisando o Blog da Cidadania, segundo Lima (2019) mês de outubro de 2019 registrou 120 denúncia de abusos morais e sexuais, além de violências físicas praticadas por militares que trabalham nas unidades contra professores, estudantes e familiares. É por isso que para evitar problemas passados em algumas ECIMs a orientação é que o aluno seja tratado com respeito e seja evitado palavras pejorativas e jargões que tenham duplo sentido, é terminantemente proibido tocar nos alunos, seja de forma afetiva ou seja de forma a instruir. Somente em acasos excepcionais, que tem a ver com apartar brigas ou casos infortúnios como algum mal súbito de saúde. Também é recomendado aos monitores que não fiquem a sós, em ambiente fechado com os estudantes do sexo feminino.

Uma das principais críticas às escolas cívico-militares está no investimento por aluno é três vezes maior do que na escola regular de turno parcial, esta faz seleção de alunos e atende a uma parcela com nível socioeconômico mais alto, afirmou o movimento Todos Pela Educação (TPE)¹¹. O que se vê sob as matrículas para ingressar no projeto é que são feitas de forma voluntária vindo através dos pais dos estudantes. Mas, se o aluno tiver algum óbice que venha impedi-lo de matricular. Então, a matrícula não poderá ser realizada ou no caso de não haver vagas. De fato, os gestores militares não têm nenhuma autonomia para escolher ou segregar quem deve ou quem não deve ser matriculado, por isso não constar no manual do PECIM.

As críticas são diversas ao governo atual, fazendo a proposta, de certa forma, entrar numa rota de colisão com aqueles que são contrários ao projeto, pois na ótica de alguns especialistas, militarizar para disciplinar, causa superstições modelares e engessamento ou congelamento na educação, por entenderem que “esta escola militarizada, que o atual desgoverno quer, preenche tudo o que desejam: submissão e ignorância” (GERALDI, 2020, p.2). Numa macro ótica social, mais uma vez o professor Geraldi, ainda alega que “querem é que o povo baixe a cabeça, empobreça e enriqueça a poucos. Nenhuma novidade acrescentada ao pensamento neoliberal: apenas mais crueldade com a juventude e com o futuro. É isto que quer a escola militarizada”(GERALDI, 2020, p.2).

Sobre a questão da gestão escolar, mesmo sabendo que é um tipo de Gestão Democrática elencada na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), há um certo conflito sobre isso, por entender que não deve se juntar com a gestão castrense. Para a pesquisadora Monica Ribeiro da Silva, entende que a gestão militar nas PECIMs contraria a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tende a não dar certo “e que essas ações que tomam de forma isolada um ou outro aspecto do sistema escolar tendem ao fracasso” (SILVA, 2020, p.3). Ressalta-se que a gestão militar no espaço escolar, não estar ali para tomar o lugar da administração civil, pois o que se observa no Brasil a fora, são “profissionais da educação” no comando das escolas, sem nenhum comprometimento não só com o corpo docente quanto ao corpo discente e que estão naquela função por nomeação política, nepotismo, concurso público e é claro a maioria por eleições internas que envolve professores, alunos, pais e responsáveis. No contexto, ter oficial de gestão escolar e educacional agrega bastante na forma de administrar e equilibrar as falhas do sistema, por serem profissionais, quase todos com nível superior, tendo no mínimo 47 anos de idade, na reserva tendo prestado pelo menos 30 anos de serviço as suas devidas forças, terem ocupando várias funções docentes, operacionais e administrativas no decurso da carreira militar, em instituições que zelam pelas principais primícias do militarismo, que são a disciplina e hierarquia, o objetivo é apenas ajudar e não tomar o lugar.

¹¹ Para saber mais, ver em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/09/05/escola-civico-militar-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-modelo-defendido-pelo-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 3 fev.2022.

Recentemente, no dia 06 de fevereiro de 2022, por via *whatsapp*, em entrevista ao gestor escolar da Escola Municipal Alberto Santos Dumond Cívico-Militar, o E3, sobre a questão do intrometimento do gestor Educacional militar nos assuntos da escola, ele alegou que “a gestão compartilhada procura auxiliar a administração, otimizar custos, otimizar espaços, otimizar aproveitamento humano, tudo isso vai ser trabalhado também paralelamente, sem tomar autoridade”.

Para alguns profissionais, como a jornalista e cientista política, Luana Melody Brasil, a autoridade deles estão sendo minada por esse projeto [Pecim], porque faz a comunidade entender que eles não têm autoridade. É um desmonte da educação, é um desmonte filosófico do papel da escola na sociedade, (BRASIL, 2021). Outros já acham que o ensino militarizado não é o que as pessoas acreditam que seja. Tem muitos problemas de didática. Esse ensino militar que está entrando nas escolas públicas é pior, porque são militares que não conhecem a realidade daquelas crianças, daquela comunidade. Falta muita formação e qualificação para que esse ensino funcione (BRASIL, 2021).

Paralelo a isso, a deputada estadual de Pernambuco Teresa Leitão, responsável pela área de educação do PT, “o PT é contra esse projeto e com certeza não vai bancá-lo. Quem quer botar um filho ou filha em escola militar pode fazer isso com os colégios militares. O espaço físico das escolas públicas não pode ser ocupado por autoridades militares”¹². Em suma, essa declaração, de certa forma, remete os que entendem que algumas escolas naquele modelo tendem a moldar militarmente de forma precoce o comportamento de seus filhos, por ter integrantes das forças armadas no espaço escolar.

Ao fazer contato com algumas ECIMs, como Palhoça(SC), Joinville(SC) e Sapucaia do Sul(RS) e membros do órgão que faz a seleção dos voluntários, no Ministério da Defesa, recebi informação que a maioria, para melhorar a locomoção e comodidade, são grande parte moradores, senão do bairro onde se localiza a Escola cívico-militar ou residem em bairros próximo, conhecendo a geografia e a rotina local daquela sociedade. Como já relatei aqui, é a falta de conhecimento de alguns profissionais da educação que colocam esse projeto em descrédito, pois os gestores militares, acompanhados dos monitores, não podem entrar em sala de aula e assumir a função de professor, salvo se o mesmo tiver formação em alguma área das ciências humanas, isso se ele for voluntário a fazer esse papel e ainda a questão se o gestor militar, representado pelo oficial hierarquicamente superior, autorizar.

Cabe uma relevante complementação, isto é, em intensa pesquisa feita, pude verificar que muitos monitores tem formação em matemática, química, física, História, Música, pedagogia e até qualificação *lato sensu*, que pode agregar ao projeto, sem entrar em nenhuma rota de colisão com a administração escolar.

¹² Para saber mais ver em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-defende-escolas-civico-militares-apos-pt-ventilar-fim>. Acesso em 28 fev. 2022.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi exposto, a problemática apresentada, vai muito além do ser à favor ou contra a regionalização do modelo apresentado pelo Ministério da Educação, pois envolvem agentes passivos e ativos, devido o pragmatismo e ajuda na completude numa gestão compartilhada. O esforço tem que ser de todos, principalmente numa sociedade polarizada em constantes mudanças.

Esse programa das escolas cívico-militares com viés socioeducativo, baliza dificuldades para formar melhores cidadãos ou seres humanos com maior capacidade crítica e disciplinar, apesar que muitos entendem que é apenas uma forma de militarizar e oprimir os alunos, retirando deles o direito a liberdade de agir e pensar, ou seja, é uma ideologia da militarização, antagônica à democracia devido as peculiaridades da cultura militar que se debruça nos valores da disciplina e hierarquia, a ordem e a obediência incondicional, vindo de um capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro, que exalta os valores cívicos-militares.

Não é possível prever em sua totalidade se esse modelo dará certo. Isto é como se fossem problemas complexos para uma solução fácil. É necessário paciência e tempo. Contudo, o fato é que a educação vive do empirismo relativo, principalmente num país continental com uma população etnicamente diversificada numa educação regionalizada e descentralizada. Assim, esse projeto exige esforços, dedicação e comprometimento, algo que já está acontecendo por meio dos militares envolvidos no programa e principalmente na união de todos, na defesa da escola pública para todos, gratuita, democrática, laica e com uma boa gestão compartilhada pelas duas partes, a saber: civil e militar.

De fato, com a posse, no dia 01 de janeiro de 2023 do novo presidente, tendo na pasta da educação o Ministro Camilo Santana, o mesmo em reunião com o presidente alegou assim que possível vai acabar com esse modelo, algo que esbarra na oposição, composta por pais e alunos, inclusive governadores e alguns prefeitos.

Enfim, esse projeto de implantação das escolas cívico-militares, no meu entender, pode ser sim um tipo de paliativo na melhoria da educação brasileira, pois quando o assunto é educação, “todas” as possibilidades e propostas sérias, se forem apreciadas e aceitas, necessitam ser estudadas e se possível colocadas em prática. Principalmente para não deixarmos a educação entregue aos devaneios políticos, as paixões ideológicas e o senso unilateral colocado de lado. Talvez só assim, poderemos reduzir as evasões escolares, diminuir a violência, educar melhor os jovens, dar mais conforto aos professores e tirar o Brasil do final da fila no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) e no IDEB.

Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Lúcia Aranha; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BRASIL. Luana Melody. **Censura e vigilância**: relatam rotinas da educação da militarizada. O Tempo, 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/censura-e-vigilancia-professores-relatam-rotinas-da-educacao-militarizada-1.2575660>. Acesso em 04 fev.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 fev. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em portal.mec.gov.br. Acesso em 03 fev. 2022.

BRASIL. **Manual das escolas cívico-militares**. Ministério da Educação/ secretaria de educação básica/subsecretaria de fomento às escolas cívico-militares. 1 ed, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: Diário Oficial da União 06/09/2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 07 fev. 2022.

CASTRO, Gabriel de Arruda. **Maioria das escolas que aderiu ao modelo cívico-militar registra redução da violência e de faltas**. Jornal a Gazeta do Povo. Brasília, 25 de julho de 2021. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/escolas-modelo-civico-militar-reducao-violencia-faltas/>. Acesso em 27 jan.2022.

FLACH, Miguel Ángel. **Escolas cívico-militares, valores e família**. Jornal GauchaZH educação, Rio Grande do Sul, 06 de dezembro, 2019. Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/12/escolas-civico-militares-valores-e-familia-ck3t02yzk02wh01lr66tn3xa.html>, acesso em 07 fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, Ana Maria Araújo e MENDONÇA, Erasto Forte (orgs). **Direitos humanos e educação libertadora**: gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo/ Paulo Freire. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HORN, Geraldo Balduino e MACHADO, Alexsander. **Escola não é quartel**: Por que não podemos aceitar a militarização das escolas públicas? Jornal o Sísifo, Outubro/2020 Vol. 03. p. 1.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 07 fev. 2022.

LIAMA, Iana Gomes. **Escolas cívico-militares**: na contramão da democracia. Jornal da UFRGS, Jul/2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/jornal/escolas-civico-militares-na-contramao-da-democracia/>. Acesso em 03 fev.2022.

LIMA, Jhonny. **O horror dos abusos nas escolas militarizadas do AM**. Blog da Cidadania. São Paulo: 13 out 2019. Disponível em <https://blogdacidadania.com.br/2019/10/o-horror-dos-abusos-nas-escolas-militarizadas-do-am>. Acesso em 05 fev. 2022.

LIMA, Iana Gomes de. **Escolas cívico-militares**: na contramão da democracia. Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 9 jul. 2020.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Escolas cívico-militares**: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em 3 fev. 2022.

SAID, Flávia. **Núcleo que aconselha a campanha de Lula no campo da educação apregoa o fim do projeto**. Da Rússia, Bolsonaro elogiou o trabalho das escolas. Revista Metrôpoles, 15 fev.2022. Disponível em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-defende-escolas-civico-militares-apos-pt-ventilar-fim>. Acesso em 28 fev. 2022.

VALENÇA, Lucas. **Gestão compartilhada**: relatos de possíveis abusos. Coluna “Do Alto da Torre”. Jornal de Brasília. Brasília: 30 de outubro de 2019. Disponível em <https://jornaldebrasil.com.br/blogs-e-colunas/do-alto-da-torre/gestao-compartilhada-relatos-de-possiveis-abusos>. Acesso em 03 fev. 2022.